



06

N.º EDIÇÃO

21.JUNHO.2017

NEWSLETTER

CUIDADOS DE
SAÚDE HOSPITALARES



SPMS
EPE
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

Entrevista

Rui Nuno Machado Guimarães

Diretor Clínico do Hospital Santa Maria Maior, EPE

Médico especialista em anestesiologia, 40 anos

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS): Na sua opinião, quais as premissas necessárias para a transformação digital na área da Saúde?

Rui Nuno Guimarães (RNG): Não há transformação sem empatia. É preciso ter as pessoas certas. O envolvimento de indivíduos, capazes de puxar os outros para a frente nos projetos. É importante dar poder e envolver pessoas mais novas e com mais ideias nos processos.

Não vale a pena impor transformação – seja em que área for – sem as pessoas acharem que faz sentido para elas. Esta é uma regra que considero fundamental.


Ao escolher a tecnologia com base nas necessidades que as pessoas realmente pretendem ver satisfeitas, a adesão é totalmente distinta.

Se as pessoas estiverem realmente envolvidas, sentem a necessidade de andar para a frente. Em qualquer mudança, prevalece o que faz sentido para as pessoas.

É igualmente importantíssimo que as pessoas que estão à frente das organizações incentivem e liderem o processo e deem o exemplo. Não faz sentido dizer às pessoas para fazerem receitas sem papel se as circulares do hospital continuam a ser feitas em papel carimbado com o selo branco. É preciso liderar com o exemplo e ir buscar pessoas para essa liderança.

Como gerir a mudança?

Como Diretor Clínico do Hospital de Barcelos desde 2015, percebi que é possível introduzir alterações na forma como as coisas estão organizadas sem grandes loucuras de investimento para transformar processos.



É preciso alinhar as pessoas no mesmo sentimento, é preciso trazê-las em conjunto para a mudanças, valorizando aspetos que nem sempre são tecnológicos.

À partida a transformação digital pressupõe tecnologia. Há uns anos atrás, a Plataforma Dados de Saúde (PDS) estava inacessível aos centros de saúde devido a um erro num bastidor.

A resolução dessa falha permitiu aos médicos hospitalares e aos médicos de família aceder à informação dos doentes que lhes estava “vedada”. Não é preciso haver disrupção. É preciso solucionar e seguir em frente, ser resiliente.

Ou seja, mudar passo a passo é também transformador?

Claramente. Não é preciso transformar os processos todos de uma vez e ficar frustrados se não o conseguirmos. É preferível começar devagar, dar pequenos passos incrementais e ir mudando.

Veja-se o exemplo do programa de prescrição eletrónica. Quando arrancou tinha, naturalmente, muitos “bugs”.

Seria muito mais fácil desistir, ir para as redes sociais e criticar e “amuar”, do que tentar procurar soluções.

O envolvimento das pessoas, a valorização das suas opiniões e sugestões permitiu melhorar as soluções. E o processo avançou.

Promover a literacia digital em saúde dos Portugueses é igualmente urgente?

O desconhecimento em relação à área da saúde e a enorme desinformação que hoje se faz através dos meios digitais é preocupante.

Preocupa-me o facto de não ver este problema resolvido com a mudança geracional pela quantidade de desinformação que circula, como é exemplo a questão atual da vacinação.

Programas como o SNS + Proximidade estão a procurar o aumento da literacia digital, ao mesmo tempo que promovem a integração do percurso dos doentes. A educação e a promoção da saúde devem ser fortes apostas com responsabilidade transversal na sociedade.



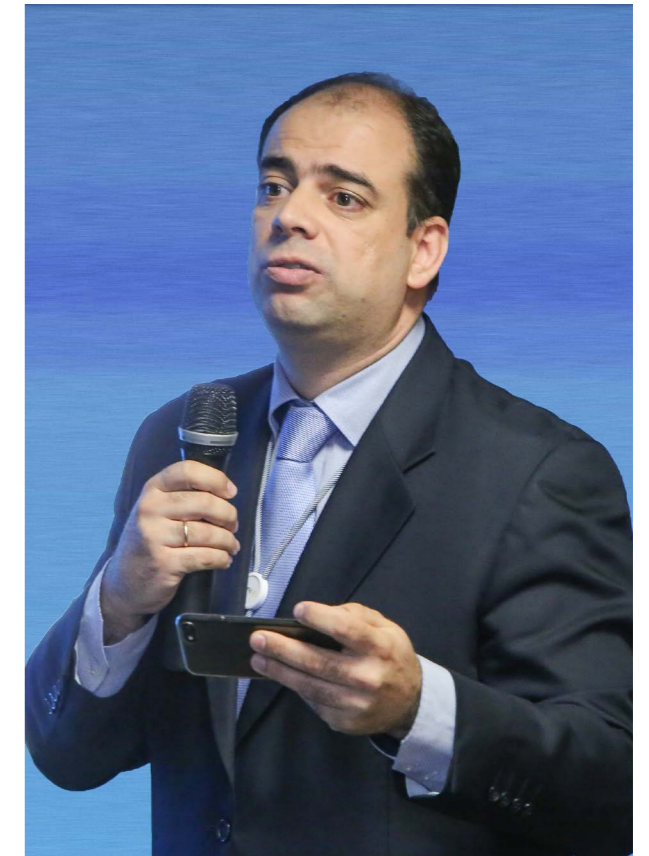
O investimento no aumento e promoção da literacia em saúde

pode não ser tão popular como a inaugurar um hospital, mas deve ser levado de forma muito responsável pelos ganhos associados para a sociedade em geral.

Isso significa que devemos caminhar para um sistema que envolva e responsabilize cada vez mais os doentes no seu percurso?

Sim. O sistema deve ser o mais transparente possível fomentando a partilha de dados que permitam escolhas informadas aos utilizadores.

“ Programas como o SNS + proximidade estão a procurar o aumento da literacia digital ao mesmo tempo que promovem a integração do percurso dos doentes.”



O Portal do SNS parece-me uma excelente ferramenta de transparência de toda a atividade que decorre do acesso e qualidade em saúde.

A recente regulamentação do processo de acessibilidade a consultas, cirurgias e MCDT's, a divulgação dos tempos de espera junto dos doentes e dos médicos de família são medidas que promovem uma maior flexibilidade.

Procuram aumentar a capacidade de resposta do SNS, procurando nas diferentes unidades estratégias de complementaridade e partilha de recursos com vista a uma resposta mais eficiente.

“ O portal do SNS parece-me uma excelente ferramenta de transparência de toda a atividade que decorre do acesso e qualidade em saúde.”

A partilha de dados em saúde é um tema sensível e que nos deve preocupar como prestadores e como utilizadores.

Os dados de saúde são hoje um tema sensível no capítulo da cibersegurança; esta responsabilidade de fiel depositários dessa valiosa informação não nos deve demover de promover soluções de partilha que procurem uma melhor resposta aos doentes.

Por outro lado, a desagregação da informação promove a

multiplicação de atos e exames médicos e não rentabilização de uma visão integradora do percurso dos doentes.

Complete a frase “ Para termos uma boa tecnologia de Sistemas Informação é necessário...”

Investir claramente na comunicação, sensibilização e envolvimento das pessoas que as usam, e que esse investimento reverte, no fundo, para a criação da tecnologia em si.

Destaco por isso o envolvimento e alinhamento que é necessário ter com os utilizadores; de que vale a pena criar a melhor ferramenta se ela depois não é usada, nem percecionada com útil?

A minha curta experiência tem demonstrado que é nas pessoas que deve estar o nosso principal investimento. ■



Notícias

Primeiro Fórum ENESIS 2020

No próximo dia 27 de junho, a SPMS vai realizar o Primeiro Fórum ENESIS 2020, nas suas instalações em Lisboa.

A SPMS tem a responsabilidade de coordenar e supervisionar a implementação da ENESIS 2020 –Estratégia Nacional para o Ecosistema de Informação de Saúde 2020, garantindo a sua operacionalização, promoção e divulgação de boas práticas.

O Fórum ENESIS tem como principal atribuição “o alinhamento de expectativas das entidades entre si, a promoção de conhecimento e entendimento comum das boas práticas e a identificação de sinergias e partilha de soluções que contribuam para o cumprimento dos objetivos da ENESIS 2020”.

Com vista à realização dos objetivos da ENESIS 2020, foi publicado o Despacho n.º 3156/2017 – Diário da República n.º 74/2017, Série II, que estabeleceu disposições e determinou os princípios de governança e gestão da ENESIS 2020.

Assim, dando cumprimento a este Despacho, a SPMS procedeu à definição de um modelo de governança e gestão do Ecosistema de Informação em Saúde (eSIS) que define o enquadramento e condições em que os diversos atores e componentes do ecossistema podem contribuir para os seus objetivos.

De acordo com o mesmo Despacho está previsto que cada

entidade do Ministério da Saúde designa um representante para integrar o Fórum ENESIS, que deve ser o responsável máximo pela informação e transformação digital no seio da sua Organização, a integrar nas CLICs - Comissões Locais de Informatização Clínica. No decorrer deste Primeiro Fórum, será feita a apresentação da ENESIS 2020 e respetivo modelo de Governança, bem como a

divulgação das linhas estratégicas e dos programas ENESIS 2020, o quadro de acompanhamento, a ferramenta de gestão de portfólio das iniciativas e projetos da ENESIS 2020 e algumas iniciativas a realizar durante o período de 2017-2019, no âmbito da ENESIS e da transformação digital, nomeadamente ao nível de pessoas, processos, tecnologia, entre outras. ■

enesis 2020

ESTRATÉGIA NACIONAL
PARA O ECOSISTEMA DE
INFORMAÇÃO DE SAÚDE



Disponibilizar ao cidadão, através de um ponto de contacto único e multicanal, um conjunto de informações e serviços que simplifiquem o acesso e a utilização do SNS.

Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde

O [Decreto-Lei n.º 69/2017](#), publicado em Diário da República a 16 de junho, veio afirmar a transferência de atribuições relativas ao Contacto do Serviço Nacional de Saúde da Direção-Geral da Saúde (DGS) para a SPMS, E. P. E.

A SPMS vai assegurar o funcionamento do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS), que sucede ao Centro de Atendimento do SNS

(CASNS) e substitui os serviços de atendimento da linha Saúde 24. Assegura, igualmente, o funcionamento do Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS).

Concretiza-se, desta forma, uma medida do Programa SIMPLEX+ 2016, visando disponibilizar ao cidadão, através de um ponto de contacto único e multicanal, um conjunto de informações e serviços que simplifiquem o acesso e a

utilização do SNS, nomeadamente:

- **Informação geral;**
- **Saúde pública;**
- **Aconselhamento farmacêutico;**
- **Triagem;**
- **Encaminhamento;**
- **Apoio à utilização de serviços digitais-telecuidados**

Neste sentido, foi constituído, em 2016, um Grupo de Trabalho «visando a definição do objeto do futuro Centro de Contacto, respetivo modelo de funcionamento e operacionalização, numa lógica

de simplificação do acesso e da utilização do SNS, e correspondente impacto financeiro e mais-valia económica para o Estado».

Foi realizado um novo procedimento concursal, prevendo que os serviços atualmente prestados incluam, também, serviços de agendamento de consultas e de meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDTs).

Como o acompanhamento do CCSNS passa a ser efetuado pela SPMS, a DGS vai colaborar com a realização de auditorias clínicas e de qualidade.

Com o objetivo prioritário de tornar mais simples o acesso e a utilização dos serviços do SNS, através de um ponto de contacto único e multicanal, o CCSNS integra novos serviços digitais para o cidadão, toda a informação do Portal do SNS e garante uma aposta na expansão dos serviços de TeleSaúde, de forma digital e de proximidade em rede com as entidades do SNS. ■



Imagem Médica e MCDTs

Partilha de informação clínica

A partilha de Imagem Médica e de MCDTs continua a aumentar. Já são 17 as instituições a proceder a esta partilha, na plataforma da saúde, de uma forma consolidada e centrada no cidadão.

Cada vez mais, as instituições e os profissionais dos Cuidados de Saúde Hospitalares e dos Cuidados de Saúde Primários beneficiam com a partilha de informação clínica, nomeadamente no acesso à informação do utente nos diferentes prestadores do SNS.

É possível consultar o Processo Clínico Eletrónico, Relatórios e Notas de Alta, bem como o acesso e partilha de MCDTs, através da disponibilização e consulta de relatórios e imagens médicas.

As imagens médicas permitem reduzir a duplicação de registos, promovendo maior segurança para o cidadão e evitando, em muitos casos, a duplicação de novos MCDTs, garantindo, assim, poupanças de recursos e reduções de custos no SNS. ■

Entidades que partilham Imagem Médica e MCDTs

HFF | H Prof. Dr. Fernando Fonseca
ULS Norte Alentejano
CHEVD
CH Médio Ave
CH Lisboa Ocidental
CHTMAD
CH Setúbal
ULS Nordeste
ULS Baixo Alentejo

Hospital Dr. Francisco Zagalo
CH Póvoa do Varzim e Vila do Conde
Hospital de Braga
IPO Porto
CH Porto
CH Lisboa Central
ULSLA
Hospital de Cascais

SCLínico Hospitalar

Material de apoio na plataforma eStudo

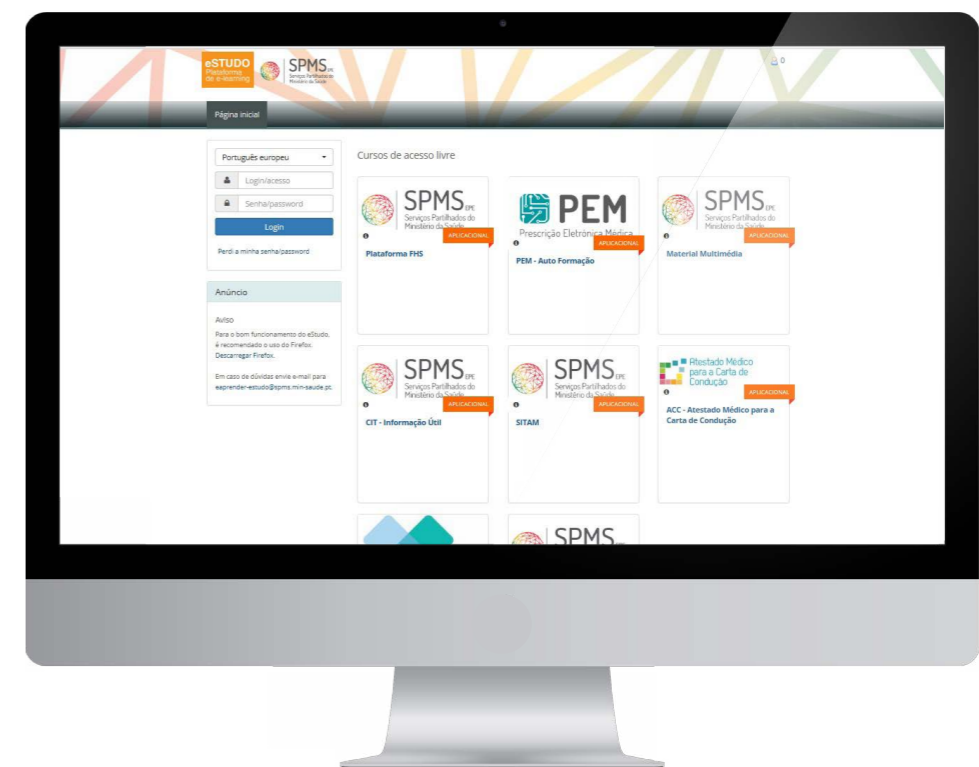
O SCLínico Hospitalar já disponibiliza, através da plataforma elearning eStudo, um conjunto de materiais formativos com o propósito de apoiar os profissionais na aquisição de conhecimentos necessários à utilização deste software.

Enquadrada no SCLínico+, cujo objetivo é aproximar o SCLínico dos seus utilizadores, esta iniciativa está organizada por perfil e funcionalidade, pretendendo facilitar e dar a conhecer as utilizações das várias potencialidades do SCLínico

Hospitalar, nomeadamente nos perfis de médico e de enfermagem. O acesso é livre e os materiais estão disponíveis na plataforma eStudo, em:

<https://estudo.min-saude.pt/eaprender/courses/SCLINICOHOSPITALAR/>.

O SCLínico insere-se na estratégia definida pelo Ministério da Saúde para a área de informatização clínica do SNS, que prevê a uniformização dos procedimentos dos registos clínicos, de forma a garantir a normalização da informação. ■



Registo de Saúde Eletrónico Exames Sem Papel



Integrando o Registo de Saúde Eletrónico (RSE), o projeto Exames Sem Papel tem como finalidade colocar, cada vez mais, o cidadão no centro do sistema de saúde.

Numa primeira fase, o projeto Exames Sem Papel inicia-se com a desmaterialização dos resultados de exames na área da Patologia Clínica, área com o maior volume de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDTs) feitos em Portugal.

No âmbito do RSE, um considerável número de laboratórios, equivalente a 30% do volume de MCDTs do tipo de Patologia Clínica, efetuados em 2016, já solicitou acesso ao Registo Nacional de Utentes (RNU).

Laboratórios como a Labeto, BMAC Análises Laboratoriais, Grupo Affidea

e Grupo Joaquim Chaves, bem como as respetivas empresas de software, encontram-se a trabalhar em conjunto com a SPMS neste processo, prova da pertinência do projeto para o SNS e para o setor convencionado.

Prevê-se que até ao fim do mês de junho se inicie, gradualmente, a disponibilização dos resultados dos exames para o cidadão, através da sua Área do Cidadão do Portal do SNS, e para o profissional de saúde através da sua área reservada.

A SPMS cumpre, assim, com o disposto no Despacho Nº 4751/2017, publicado a 31 de maio, que estabelece condições referentes ao projeto de desmaterialização do circuito de prescrição e de disponibilização de resultados de MCDTs. ■

Um considerável número de laboratórios já solicitou acesso ao Registo Nacional de Utentes (RNU).

Área do Cidadão Benefícios SNS com mais dados informativos

Desenvolvida com o objetivo de informar, promovendo a transparência e a partilha da informação com o cidadão sobre a sua relação com a utilização do SNS, contribuindo para a otimização e a eficiência dos recursos disponíveis, a funcionalidade “Benefícios SNS” já apresenta mais informação.

Assim, além da indicação sobre os valores (custos) que o SNS tem com o cidadão, no que diz respeito a medicamentos, consultas, atos de enfermagem, exames e urgências

hospitalares, agora é possível confirmar o custo dos transportes não urgentes utilizados no SNS, através da funcionalidade “Benefícios SNS” que integra a Área do Cidadão do Portal SNS. **Deste modo, promove-se, ainda mais, a transparência e a partilha de informação.**

Brevemente serão disponibilizados outros dados relativos aos Cuidados de Saúde Hospitalares. Incentive utentes, familiares e colegas a registarem-se na [Área do Cidadão do Portal SNS](#). ■



2017

Valor dos Benefícios SNS em 2017



Medicamentos

56,00 €



Consultas

31,00 €



Enfermagem

24,00 €



Exames

45,00 €



Urgências Hospitalar

100,00 €



Transporte de Doentes

80,00 €

Imagem ilustrativa

PNB - LIGHT

Primeira integração



Foi ativada a primeira integração entre o PNB - Portuguese National Broker e a LIGHT- Local Interoperability Gateway for Healthcare, no dia 20 de junho, no Hospital Distrital de Santarém (HDS). A migração decorreu conforme planeado.

A partir desta data, a sincronização das receitas prescritas na PEM com o SClínico passou a ser feita exclusivamente entre plataformas de integração no HDS, com recurso ao standard internacional HL7 FHIR, eliminando o peso das ligações diretas à base de dados local.

Com esta atualização espera-se um impacto muito positivo localmente, quer em termos de performance da interface, quer através da

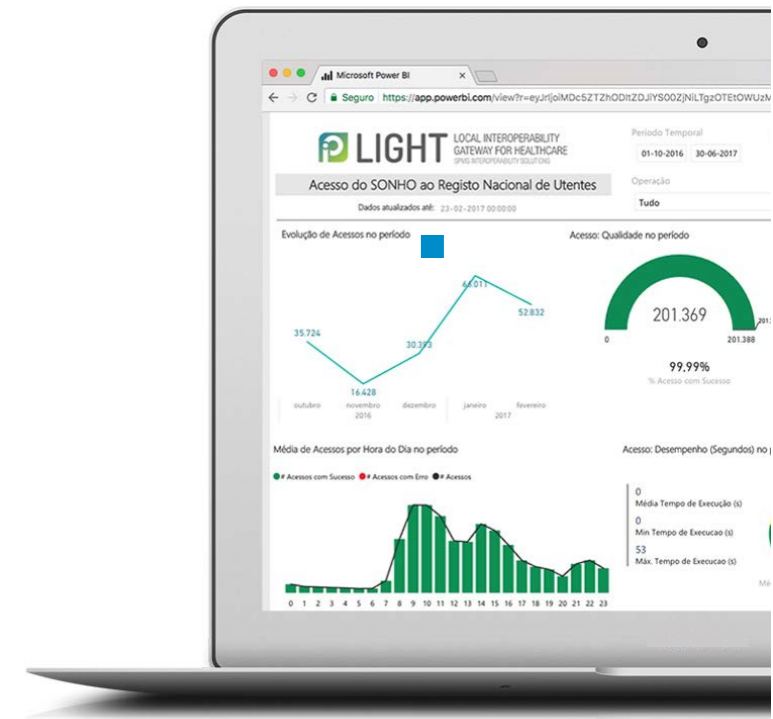
capacidade de monitorização/ auditoria que lhe é conferida pela framework da LIGHT.

Esta integração representa um avanço significativo e fundamental na consolidação da estratégia de normalização das interfaces com sistemas SPMS. Brevemente, está previsto o alargamento a todas as unidades hospitalares com LIGHT.

A LIGHT proporciona aos sistemas internos um mecanismo de integração, que faz a gestão das interfaces de uma forma fiável, standardizada e altamente parametrizável, prevenindo assim o acesso direto e/ou não autorizado às bases de dados e permitindo uma auditoria aos acessos. Está orientada para integrações locais,

ou seja, dentro das próprias instituições.

O PNB é utilizado para estabelecer circuito interministerial, via plataforma da interoperabilidade da Administração Pública (iAP), implementando as melhores práticas internacionais em standards de interoperabilidade. Integra o fluxo de vários projetos e produtos, permitindo a troca de mensagens entre sistemas, através da disponibilização e/ou consumo de serviços, com mecanismos de segurança ao nível da autenticação e controlo de acessos. ■



Monitorização

Base de dados SONHO

A SPMS está a proceder à monitorização das bases de dados do SONHO (Sistema Integrado de Informação Hospitalar), tendo começado pelas bases de dados do SONHOv2. Através desta monitorização, analisa-se o funcionamento das bases de dados, ao minuto, em termos de carga, performance, tipo de interações e potenciais problemas.

A visualização apresenta toda esta informação atualizada, ao minuto, fazendo distinção do tipo de interações e dimensão das mesmas, através da escala apresentada, que consiste num conjunto de cores já pré-definido, e de acordo com a criticidade do evento registado.

Esta monitorização permite uma vigilância máxima destes sistemas, por parte das equipas de operação da SPMS, garantindo uma intervenção mais rápida e eficaz. ■

LIGHT, PNB e NCP

Interoperabilidade Técnica

A interoperabilidade técnica faz parte da coordenação dos registos nacionais. A visão da SPMS para esta área engloba os seguintes produtos:

LIGHT – Local Interoperability Gateway for Healthcare

PNB – Portuguese National Broker

NCP – National Contact Point

Para informar e explicar as funções e os principais objetivos destes três produtos, de uma forma fácil e muito intuitiva, a SPMS criou uma animação.

Convidamo-lo(a) a assistir ao filme:

<https://www.youtube.com/watch?v=F5uJBWmAcJl> ■



Visão Clínica Integrada

ULS de Matosinhos

Numa lógica de melhoria, a SPMS deslocou-se à Unidade Local de Saúde de Matosinhos (ULSM), no passado dia 07 de junho, para reunir com informáticos e profissionais de saúde, com a finalidade de analisar a Visão Clínica Integrada (VCI) versão Beta, implementada nesta instituição em maio.

A reunião permitiu analisar a VCI na perspetiva do utilizador, de forma a perceber quais os aspetos que podem ser melhorados.

A VCI é uma nova funcionalidade do SClínico Hospitalar, apresentando-se como o novo Processo Clínico Eletrónico.

Permite aos profissionais de saúde uma visão abrangente e completa das condições de saúde do utente, assim como o acesso a informação de melhor qualidade, contribuindo para o suporte à tomada de decisão na atividade de diagnóstico e terapêutica e, conseqüentemente, para a melhoria na prestação de cuidados de saúde. ■

Comunicar o Essencial

espaço de sugestões e opiniões



Com o objetivo de promover a comunicação institucional entre as diversas entidades do Serviço Nacional de Saúde, a SPMS criou um espaço para receber sugestões e propostas. Poderá informar-nos, assim, sobre projetos da sua instituição, apresentar ideias para notícias, indicar sugestões ou opiniões. Deverá remeter os seus contributos para comunicacao@spms.min-saude.pt, com a indicação de Newsletter CSH, no assunto do email.



SPMS_{EPE}
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE